



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
 Rua Sorbone, 375, Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1fam@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1004744-16.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Inventário - Inventário e Partilha**
 Inventariante (Ativo) e Herdeiro: **Robert Victoe Hilber Neto, WALTER HIEBER SOBRINHO e WALTER HIEBER SOBRINHO**
 Inventariado: **RICHARD HIEBER**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Trata-se de procedimento de arrolamento (artigos 659/663, do CPC), cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls. 20/24. As certidões negativas constam dos autos. O MP manifestou-se favorável à homologação da partilha (fl. 48), mas fez apropriadas observações que ora são levadas em consideração, especificamente o item 3 de fl. 48. Com efeito, o imóvel objeto da matrícula 64.249 do CRI local tem o seu usufruto vitalício em favor de Alice Paula Hieber, conforme registro 05 (fl. 26). Richard Hieber tinha a nua propriedade desse imóvel, conforme registro 04 (fl. 26). Com o passamento deste e na ausência de prova documental quanto ao falecimento da usufrutuária, subsiste esse direito real. Impõe-se a retificação das atribuições dos quinhões em torno desse imóvel no plano de partilha de fls. 20/24. **O correto é:** 50% da nua propriedade são atribuídos à viúva de Richard Hieber; 25% da nua propriedade são atribuídos ao herdeiro filho Robert Victor Hieber Neto; 25% da nua propriedade são atribuídos ao herdeiro filho Walter Hieber Sobrinho. Quanto ao remanescente do plano de partilha, subsiste sua validade e eficácia.

HOMOLOGO, por sentença, o plano de partilha de fls. 20/24 com as retificações constantes do anterior parágrafo, e assim procedo para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Diante da consensualidade em destaque, a publicação desta sentença nos autos gerará AUTOMATICAMENTE o seu trânsito em julgado (**dispensando a serventia de expedir certidão específica**), autorizando os herdeiros a obterem o formal de partilha no Tabelionato de Notas, consoante as Normas do Extrajudicial expedidas pela E. CGJ. Intime-se o Fisco Estadual para o lançamento administrativo do ITCMD, consoante o § 2º, do art. 662, c/c § 2º do art. 659, do NCPC. Essa questão não se submete ao crivo judicial nestes autos. Entretanto, observo ao Fisco Estadual que o inventariante já recolheu o ITCMD conforme prova de fls. 40/43, sendo certo que eventual concordância com esse volume de recolhimento poderá ser manifestada



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
 Rua Sorbone, 375, Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1fam@tjsp.jus.br

nestes autos. Se houver discrepância, a questão deverá ser solucionada estritamente na via extrajudicial sem a participação judicial.

Concedo **ALVARÁ** para que o espólio de **Richard Hieber**, a ser representado pela requerente **Regiane de Oliveira**, **RG 18.363.395-7 SSP-SP, CPF 315.356.038/28**, possa efetuar perante o DETRAN a transferência do veículo GM/KADETT SL EFI, placa BMB-6773, ano de fab./modelo 1993, código Renavam 00608869287, transferência essa em favor da própria requerente, e para tanto é dado à autorizada assinar papéis e documentos e praticar os demais atos necessários à consecução desse objetivo. A concessão deste alvará tem como objetivo permitir a regularização do veículo no DETRAN em nome da coproprietária titular do maior percentual sobre o bem, pois aquele órgão não admite que figure mais de um proprietário como dono da coisa. **Esta sentença faz as vezes de instrumento de alvará, cujo prazo de validade é 180 dias.** Compete ao advogado da requerente materializar esta sentença/mandado para o seu cumprimento. **Para vender para terceiros esse veículo, haverá necessidade de pedido de alvará mediante o prévio depósito do valor correspondente à cota parte do herdeiro incapaz.**

Publique-se e Intimem-se. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, logo depois de ser fornecida a senha ao Posto Fiscal Estadual para o amplo acesso a estes autos.

São Carlos, 12 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**